



A SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES E DA QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS EM ROTINAS OPERACIONAIS NO ESTADO DO TOCANTINS

THE MENTAL HEALTH OF MILITARY POLICE OFFICERS: AN ANALYSIS OF THE CONDITIONS AND QUALITY OF EQUIPMENT USED IN OPERATIONAL ROUTINES IN THE STATE OF TOCANTINS

LA SALUD MENTAL DE LOS POLICÍAS MILITARES: UN ANÁLISIS DE LAS CONDICIONES Y CALIDAD DE LOS EQUIPOS UTILIZADOS EN LAS RUTINAS OPERATIVAS EN EL ESTADO DE TOCANTINS



<https://doi.org/10.56238/levv16n53-060>

Data de submissão: 16/09/2025

Data de publicação: 16/10/2025

Joarez Soares Barbosa Filho

MBA em Liderança, Gestão e Assessoramento em Segurança Pública

Instituição: Academia Policial Militar Tiradentes (APMT)

E-mail: soaresbarbosafilhojoarez@gmail.com

Michele Filgueiras Ciel Soares

Licenciatura em Pedagogia

Instituição: Universidade Estado do Tocantins (UNTINS)

E-mail: michele.filgueirasciel@gmail.com

Silas Ângelo da Costa

MBA em Liderança, Gestão e Assessoramento em Segurança Pública

Instituição: Academia Policial Militar Tiradentes (APMT)

E-mail: silasangelo@yahoo.com.br

Tarciso Manoel Lima Pinheiro

Bacharel em Direito

Instituição: Universidade de Gurupi (UnirG)

E-mail: tpinheiro2005@hotmail.com

Marcos Antonio Negreiros Dias

Doutorando em Ciências Florestais e Ambientais

Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)

E-mail: marcosnegreiros1985@gmail.com

RESUMO

A saúde mental dos policiais militares é um tema cada vez mais relevante diante das exigências e precariedades que marcam o cotidiano da profissão. Este estudo teve como objetivo investigar a relação entre as condições e a qualidade dos equipamentos utilizados em rotinas operacionais e a saúde mental dos policiais militares do Estado do Tocantins. Parte-se da hipótese de que equipamentos inadequados, aliados a jornadas exaustivas e ausência de apoio institucional, contribuem significativamente para o adoecimento psíquico desses profissionais. A metodologia adotada é de

natureza qualitativa, com base em uma revisão bibliográfica sistematizada de produções acadêmicas, documentos institucionais e dados oficiais dos últimos anos. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo temática, destacando fatores como estresse ocupacional, burnout, transtorno de estresse pós-traumático, insônia, baixa qualidade de vida e aumento dos índices de suicídio. Os resultados evidenciam um cenário crítico de adoecimento mental e institucional. Conclui-se que é urgente a adoção de políticas permanentes de cuidado psicológico e de monitoramento contínuo da saúde mental dos policiais, como a proposta de criação de um Teste de Saúde Mental e Emocional (TSME) anual, contribuindo para a valorização profissional e o fortalecimento das corporações.”

Palavras-chave: Polícia Militar. Saúde Mental. Equipamentos. Precarização. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The mental health of military police officers is an increasingly relevant issue given the demands and precarious conditions that characterize the daily routine of the profession. This study aims to investigate the relationship between the conditions and quality of the equipment used in operational routines and the mental health of military police officers in the State of Tocantins. The hypothesis is that inadequate equipment, combined with exhaustive work shifts and lack of institutional support, significantly contributes to the psychological illness of these professionals. The methodology adopted is qualitative in nature, based on a systematic literature review of academic works, institutional documents, and official data from recent years. Data were analyzed through thematic content analysis, highlighting factors such as occupational stress, burnout, post-traumatic stress disorder, insomnia, low quality of life, and increased suicide rates. The results reveal a critical scenario of mental and institutional illness. It is concluded that the adoption of permanent psychological care policies and continuous monitoring of the mental health of police officers is urgent, such as the proposal to create an annual Mental and Emotional Health Test (MEHT), contributing to professional appreciation and strengthening of the corporations.

Keywords: Military Police. Mental Health. Equipment. Precariousness. Public Policies.

RESUMEN

La salud mental de los policías militares es un tema cada vez más relevante dadas las exigencias e incertidumbres que caracterizan el día a día de la profesión. Este estudio tuvo como objetivo investigar la relación entre las condiciones y la calidad del equipo utilizado en las rutinas operativas y la salud mental de los policías militares del estado de Tocantins. La hipótesis es que el equipo inadecuado, sumado a jornadas laborales agotadoras y la falta de apoyo institucional, contribuye significativamente a la enfermedad mental de estos profesionales. La metodología adoptada es de naturaleza cualitativa, basada en una revisión sistemática de la literatura de trabajos académicos, documentos institucionales y datos oficiales de los últimos años. Los datos se analizaron mediante análisis de contenido temático, destacando factores como el estrés laboral, el agotamiento profesional, el trastorno de estrés postraumático, el insomnio, la mala calidad de vida y el aumento de las tasas de suicidio. Los resultados ponen de relieve un escenario crítico de enfermedad mental e institucional. Se concluye que es urgente adoptar políticas de atención psicológica permanente y un seguimiento continuo de la salud mental de los policías, como la propuesta de crear una Prueba de Salud Mental y Emocional (TSME) anual, que contribuya al desarrollo profesional y al fortalecimiento de la fuerza.

Palabras clave: Policía Militar. Salud Mental. Equipo. Precariedad. Políticas Públicas.



1 INTRODUÇÃO

A saúde mental dos policiais militares tem sido objeto de crescente interesse nas discussões acadêmicas e institucionais, especialmente em razão do aumento significativo de casos de sofrimento psíquico no interior das corporações militares. A natureza da atividade policial, marcada por riscos constantes, alta exigência física e emocional, bem como pressão social e institucional, coloca esses profissionais em situações de vulnerabilidade acentuada, que podem culminar em transtornos mentais como ansiedade, depressão, estresse ocupacional, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), burnout e, em casos mais graves, suicídio. Esses problemas não apenas comprometem a qualidade de vida do policial, como também afetam a eficiência do serviço prestado à sociedade e o equilíbrio organizacional das instituições de segurança (ARROYO *et al.*, 2019; BENADNHO *et al.*, 2018; SILVA *et al.* 2024).

A realidade da Polícia Militar do Estado do Tocantins não é distinta desse cenário nacional. Relatos de policiais, estudos regionais e dados institucionais apontam para condições de trabalho desafiadoras, com efetivo insuficiente, escalas extenuantes, baixa remuneração e carência de apoio psicossocial. Nesse ambiente, a presença de equipamentos em más condições potencializa os riscos operacionais e o desgaste emocional. Assim, comprehende-se que a ausência de condições materiais adequadas à atividade-fim policial está intimamente ligada à vivência do sofrimento psíquico e à deterioração da saúde mental desses profissionais (MINAYO, 2011).

Diante desse panorama, formula-se o seguinte problema: de que forma as condições de trabalho, com ênfase na qualidade e adequação dos equipamentos operacionais fornecidos pela corporação, impactam a saúde mental dos policiais militares do Estado do Tocantins? Esta questão conduz à necessidade de compreensão mais profunda sobre os determinantes institucionais do sofrimento mental no ambiente policial, permitindo não apenas o diagnóstico da situação atual, como também a proposição de medidas que promovam o bem-estar e a valorização da carreira (MINAYO, 2011; SILVA *et al.* 2024).

A justificativa desta pesquisa se ancora em três aspectos principais: a relevância social do tema, diante do aumento dos casos de adoecimento mental nas corporações policiais; a lacuna na literatura acadêmica quanto à relação entre condições materiais de trabalho e saúde psíquica; e a necessidade de subsidiar a formulação de políticas institucionais que priorizem não apenas a preparação física, mas também a manutenção da saúde mental do efetivo. Considerando que a PMTO realiza anualmente Testes de Aptidão Física (TAF) como critério de acompanhamento do desempenho individual, propõe-se, de forma inovadora, a criação de um Teste de Saúde Mental e Emocional (TSME), voltado à avaliação psicológica regular dos policiais militares (MINAYO *et ADORNO*, 2013).

Para tanto, adota-se uma abordagem metodológica qualitativa, com caráter exploratório e analítico, fundamentada em revisão bibliográfica sistematizada. As fontes analisadas incluem artigos



científicos, relatórios institucionais, legislações e documentos técnicos publicados nos últimos 15 anos. A análise dos dados será realizada a partir da análise temática de conteúdo, conforme proposta de Bardin (2011), buscando identificar os principais fatores de risco psicossociais associados à precariedade estrutural e material do trabalho policial (BARDIN, 2011).

O presente artigo teve como objetivo investigar a relação entre as condições e a qualidade dos equipamentos utilizados em rotinas de trabalho operacionais e a promoção da saúde mental dos policiais militares do Estado do Tocantins. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o aprimoramento das condições de trabalho na Polícia Militar do Tocantins, bem como para o fortalecimento de uma cultura institucional de cuidado com a saúde mental, compreendendo-a como dimensão essencial da segurança pública e da eficácia profissional.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica sistematizada, com abordagem qualitativa e caráter exploratório e analítico, voltada à compreensão crítica da relação entre as condições de trabalho — incluindo escala, folgas, periculosidade e apoio institucional — com ênfase na qualidade dos equipamentos operacionais e sua influência sobre a saúde mental de policiais militares. A escolha pela abordagem qualitativa visa interpretar os significados atribuídos pelos autores às vivências estruturais da atividade policial, especialmente no que tange ao sofrimento psíquico, estresse ocupacional e transtornos mentais relacionados ao contexto de atuação nas forças de segurança pública (GIL, 2009).

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, baseada na identificação, seleção, análise e interpretação crítica de produções científicas e institucionais já publicadas sobre os seguintes eixos: saúde mental de profissionais da segurança pública; condições e relações de trabalho na Polícia Militar; precarização e instrumentalização profissional (equipamentos); e políticas públicas voltadas à saúde e segurança no trabalho. O propósito é construir um panorama crítico dos fatores que contribuem para o sofrimento psíquico dos policiais militares, com foco nos limites institucionais, materiais e organizacionais que permeiam essa realidade (MINAYO, 2014).

A construção do referencial teórico e da análise será pautada em obras de autores clássicos e contemporâneos das áreas de saúde coletiva, psicologia do trabalho, sociologia do trabalho, segurança pública e gestão organizacional. A seleção incluirá produções publicadas entre 2008 e 2024, com prioridade para aquelas de reconhecida relevância acadêmica e científica. As principais fontes de busca compreendem bases de dados como SciELO, Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES, PePSIC, Redalyc e LILACS, além de documentos institucionais como relatórios da OMS, OPAS, Ministério da Saúde, Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Militar. Também serão consideradas legislações e políticas públicas sobre saúde mental, segurança do trabalho e equipamentos policiais,

bem como livros, dissertações e teses sobre a saúde mental de profissionais da segurança pública (GIL, 2008).

Os critérios de inclusão das fontes consideram trabalhos publicados entre os anos de 2008 e 2024, textos disponíveis integralmente nos idiomas português, inglês ou espanhol, e materiais que apresentem relação direta com as temáticas de saúde mental, condições de trabalho, uso e qualidade de equipamentos operacionais, sofrimento psíquico e políticas públicas no contexto policial. Prioridade será dada a produções com fundamentação crítica, empírica ou teórica consolidada (GIL, 2008).

O conteúdo das obras selecionadas será submetido à análise temática de conteúdo, conforme metodologia proposta por Bardin (2011). Serão identificadas e categorizadas as principais unidades de significado, conceitos e argumentos centrais relacionados à temática do estudo. Os dados serão organizados em eixos temáticos, permitindo a construção de um diálogo crítico entre diferentes perspectivas teóricas e empíricas, favorecendo a identificação de lacunas, convergências e contradições existentes na literatura atual. Tal abordagem pretende oferecer um retrato abrangente e fundamentado da influência das condições materiais e operacionais na saúde mental dos policiais militares (BARDIN; 2011).

3 ASPECTOS TEÓRICOS E QUANTITATIVOS DA SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES

3.1 ANÁLISE DE DADOS: FATORES DE RISCO À SAÚDE MENTAL

A análise de dados sobre saúde mental de policiais militares revela um cenário alarmante de exposição contínua a múltiplos fatores estressores que comprometem significativamente a saúde física e mental dos policiais militares no Brasil.

Os fatores com maiores índices de risco referidos são: ausência de rede de apoio institucional nas corporações (psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais); falhas no controle das escalas de trabalho operacionais e administrativas; fragilidade no suporte organizacional por parte do comando; presença de quadros de burnout e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) diagnosticados em policiais militares, além de altos níveis de estresse ocupacional tanto no serviço operacional quanto no administrativo; exposição constante a situações de risco; e o uso de equipamentos inadequados, o que evidencia a precariedade material.

Essa precariedade abrange armamentos, coletes, rádios, fardamentos, viaturas e materiais de combate de menor potencial ofensivo, como dispositivos de choque, spray de pimenta, bastões retráteis, granadas de efeito moral, capacetes, escudos e munições de borracha. Tal deficiência de recursos essenciais gera no profissional uma constante sensação de vulnerabilidade e impotência diante do perigo, pois esses elementos, em condições precárias, configuram um fator central de sofrimento psíquico no cotidiano policial (OLIVEIRA *et al*, 2019).

A fim de compreender com maior precisão os principais elementos que impactam negativamente a saúde dos policiais militares no Brasil, diversos estudos empíricos têm se dedicado à mensuração da prevalência de fatores psicossociais e ocupacionais nocivos. A seguir, conforme tabela 1, são apresentados dados extraídos de pesquisas realizadas em diferentes estados, que evidenciam a recorrência de condições adversas no ambiente de trabalho, como alto nível de estresse, baixa qualidade de vida, distúrbios do sono, sintomas de burnout e transtornos mentais como o TEPT.

Tais evidências corroboram a necessidade urgente de ações institucionais voltadas à promoção da saúde mental e à melhoria das condições laborais nas corporações policiais.

TABELA 1 – FATORES DE RISCO A SAÚDE MENTAL

FATORES AVALIATIVOS	PREVALÊNCIA (%)	FONTE/ ESTUDO
Baixo controle no trabalho	56,4	Ferreira, Bonfim e Augusto (2012) Recife-PE
Alta demanda física	53,9	Ferreira, Bonfim e Augusto (2012) Recife-PE
Baixa rede apoio social	59,8	Ferreira, Bonfim e Augusto (2012) Recife-PE
Estresse ocupacional	46,7	Lourenço et al (2022) Paraná
Burnout	65,6	Estudos com PMs no Paraná (2024)
Transtorno de Estresse Pós Traumático (TEPT)	40,0	Estudo com PMERJ (2021)
Baixa qualidade de vida	60,0 (estimado)	Cascaes de Silva et al. (2014); Salvador (2021)
Insônia Baixa qualidade do sono	55,0	Estudo em Teresinha (PI 2020-2021)
Suicídio como principal causa de morte	25,0 (estimado)	The Guardian (2004)

Fonte: (FERREIRA *et al*, 2012; LOURENÇO *et al*, 2022; PARANÁ, 2024; RIO DE JANEIRO, 2021; CASCAES *et al*, 2014; SALVADOR, 2021; PIAUÍ, 2021; ROGERO, 2004)

Fatores estruturais, como hierarquia rígida e jornada extensa, aparecem combinados com precariedade material, agravando o quadro de sofrimento. A falta de suporte psicológico institucional e a valorização insuficiente do trabalho policial são gatilhos para adoecimentos graves, como o burnout e o suicídio. Estratégias de promoção à saúde mental, como incentivo a atividades físicas, melhor formação e suporte emocional contínuo são fundamentais.

Ferreira, Bonfim e Augusto (2012) analisam policiais militares de Recife (PE) e apontam que 56,4% relatam baixo controle no trabalho, 53,9% alta demanda física e 59,8% baixa rede de apoio social. Esses fatores estão associados a maior risco de estresse psicológico e adoecimento mental.

Silva & Vieira (2008) destacam que a estrutura hierárquica militar, associada à precarização do trabalho, baixos salários, turnos extensos, falta de equipamentos adequados, potencializa sofrimento psíquico. Um panorama mais amplo em estudos sobre policiais militares no Brasil evidencia condições desfavoráveis: exposição a riscos constantes, insuficiência de pessoal, manutenção inadequada de coletes, viaturas e armas, além de baixos salários e capacitação deficiente. Esse conjunto de fatores gera no profissional um sentimento de desvalorização e impotência. Essa precarização material e organizacional atua como estressor crônico.



3.2 ANÁLISE SALARIAL DOS POLICIAIS MILITARES NO BRASIL

A remuneração dos policiais militares é um fator determinante para sua motivação, estabilidade emocional e percepção de valorização profissional. Salários incompatíveis com os riscos e as exigências da função contribuem para o adoecimento mental, especialmente quando associados a jornadas extenuantes, ausência de incentivos e necessidade de desempenhar atividades extras para complementar a renda. Nesse sentido, a análise comparativa dos vencimentos iniciais nas corporações estaduais permite compreender as desigualdades regionais e os impactos potenciais sobre a saúde dos profissionais da segurança pública. A seguir, a Tabela 2 compara os salários iniciais de soldados e oficiais da PM no Brasil, evidenciando a grande discrepância entre os estados.

TABELA 2 – SALÁRIOS DOS POLICIAIS MILITARES DO BRASIL

Estado	Sigla	Salários iniciais (Soldado / Oficial)
Acre	PM AC	R\$ 8.129,55 a R\$ 10.423,73
Alagoas	PM AL	R\$ 4.250,06 a R\$ 8.099,94
Amapá	PM AP	R\$ 5.891,26 a R\$ 10.297,72
Amazonas	PM AM	R\$ 5.175,99 a R\$ 7.180,34
Bahia	PM BA	R\$ 3.507,78 a R\$ 4.012,11
Ceará	PM CE	R\$ 5.568,64 a R\$ 8.084,05
Distrito Federal	PM DF	R\$ 7.157,76 a R\$ 17.034,85
Espírito Santo	PM ES	R\$ 5.282,90 a R\$ 11.458,40
Goiás	PM GO	R\$ 7.040,79 a R\$ 13.357,60
Maranhão	PM MA	R\$ 5.124,23 a R\$ 10.328,51
Mato Grosso	PM MT	R\$ 6.003,71 a R\$ 17.251,16
Mato Grosso do Sul	PM MS	R\$ 2.252,25 a R\$ 4.826,75
Minas Gerais	PM MG	R\$ 4.360,83 a R\$ 7.175,30
Pará	PM PA	R\$ 4.923,71 a R\$ 5.896,56
Paraíba	PM PB	R\$ 4.206,87 a R\$ 8.745,75
Paraná	PM PR	R\$ 6.101,87 a R\$ 13.731,61
Pernambuco	PM PE	R\$ 5.617,92 a R\$ 12.937,33
Piauí	PM PI	R\$ 3.470,66 a R\$ 5.367,12
Rio de Janeiro	PM RJ	R\$ 5.233,88 a R\$ 11.288,92
Rio Grande do Norte	PM RN	R\$ 4.245,64 a R\$ 11.675,51
Rio Grande do Sul	Brigada Militar RS	R\$ 5.944,85 a R\$ 21.513,44
Rondônia	PM RO	R\$ 4.054,18 a R\$ 8.786,50
Roraima	PM RR	R\$ 3.732,96 a R\$ 5.001,20
Santa Catarina	PM SC	R\$ 6.000,00 a R\$ 16.306,00
São Paulo	PM SP	R\$ 4.852,21 a R\$ 4.833,27
Sergipe	PM SE	R\$ 3.954,77 a R\$ 12.374,80
Tocantins	PM TO	R\$ 5.763,07 a R\$ 10.842,13

Fonte: (ESTRATEGIA CONCURSOS, 2025)

Em estudo com policiais do Paraná, Lourençao *et al.* (2022) encontraram 46,7% com níveis importantes de estresse ocupacional, cujos fatores estressores mais citados foram: falta de perspectiva na carreira, treinamento inadequado, favoritismo, longas jornadas, má distribuição de tarefas e baixa valorização institucional. Em outra pesquisa no Paraná, publicada na Revista Eletrônica de Psicologia e Saúde da Universidade Federal de Mato Grosso, revelou que 131 PMs entrevistados, 65,6% apresentaram alto nível de burnout (esgotamento profissional), é uma condição que pode afeta a saúde

mental e física dos trabalhadores, especialmente em profissões de alta pressão e stress, como é o caso do policial militar. Os sintomas incluem exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional sendo as atividades de lazer e o estado civil fatores protetivos. A não prática de atividade física e lazer contribuíam significativamente para o adoecimento mental.

Segundo Sousa, Barroso e Ribeiro (2020), ao conduzirem uma revisão integrativa sobre os transtornos mentais mais investigados na literatura entre policiais, considerando o período de 2012 a 2018, identificaram que, dos 84 artigos analisados, 79 abordavam a prevalência de patologias nessa população. As temáticas mais recorrentes foram: estresse (44,0%), estresse pós-traumático (20,2%), depressão (14,3%) e ansiedade (6,0%). O transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), enquanto forma específica de estresse, apresentou uma prevalência média de 19,68%. Os autores destacam que a natureza da atividade policial torna esses profissionais altamente suscetíveis ao desenvolvimento dessas patologias, sendo o estresse o fator inicial mais comum para o agravamento dos quadros clínicos (SOUSA et al., 2020).

Cascaes da Silva *et al.* (2014), ao estudarem policiais militares de Santa Catarina, identificaram fatores de risco associados à baixa qualidade de vida, tais como: tempo prolongado de serviço, sedentarismo, elevado percentual de gordura corporal e jornadas extensas. Os autores recomendam a implementação de políticas institucionais que incentivem a prática regular de atividades físicas como estratégia para a promoção da saúde e redução de riscos cardiovasculares.

A qualidade de vida física e mental é essencial para o bem-estar geral e está diretamente relacionada ao nível de satisfação com a própria vida. Esses dois domínios são interdependentes: um bom estado físico contribui para a saúde mental e vice-versa. Para manter esse equilíbrio, é fundamental que o policial militar adote práticas saudáveis, como alimentação equilibrada, exercícios físicos regulares, sono de qualidade, estratégias de controle do estresse, relacionamentos saudáveis, atividades de lazer e, sempre que necessário, o acompanhamento profissional especializado (MINAYO, 2000).

Em março de 2018, a Universidade Federal do Piauí realizou uma pesquisa com o grupo operacional da Polícia Militar de Teresina–PI, sob o parecer ético nº 2.331.823. Foram aplicados dois instrumentos: um formulário com dados sociodemográficos e o questionário Maslach Burnout Inventory (MBI), utilizado para avaliar níveis de esgotamento profissional. A amostra foi composta por 32 policiais militares do sexo masculino, com idade média de $44,34 \pm 5,63$ anos. A maioria dos participantes era casada (71,87%), possuía ensino superior completo (36,36%), atuava no turno da manhã (62,50%) e apresentava entre 21 e 31 anos de serviço (50%) (CHAVES, 2018).

Os resultados da aplicação do MBI indicaram que os policiais apresentavam elevados níveis de exaustão emocional (43,75%), alta despersonalização (56,25%) e baixa realização profissional (75%),



revelando um quadro preocupante de desgaste psicológico associado ao exercício da função policial (CHAVES, 2018)

Reportagens investigativas, como a publicada por Tiago Rogero no *The Guardian* (set. 2024), documentam um preocupante aumento no número de suicídios entre policiais brasileiros, tornando-se essa a principal causa de morte entre agentes de segurança pública. Entre os principais fatores associados a esse cenário estão as jornadas de trabalho exaustivas, a baixa remuneração — que leva muitos profissionais a exercerem atividades extras (os chamados “bicos”) —, a escassez de apoio psicológico institucionalizado e a presença de práticas abusivas por parte de superiores hierárquicos (ROGERO, 2024). Esses elementos compõem um ambiente organizacional hostil, que contribui significativamente para o agravamento do sofrimento psíquico e para a negligência institucional em relação à saúde mental da categoria.

José Ferdinando Ramos Ferreira, pesquisador do Observatório de Segurança Pública da Universidade de Campinas (Unicamp), apresentou dados alarmantes durante exposição realizada em 2023. Segundo ele, foram registrados 110 policiais militares mortos naquele ano, além de oito policiais civis. No estado de São Paulo, os casos de suicídio representaram 28,2% do total de óbitos entre policiais, sendo que um em cada quatro vítimas era policial militar. O mesmo estado apresentou, ainda, um aumento de 80% nos homicídios em comparação ao ano de 2022 (FERREIRA, 2023).

Outro dado relevante mencionado pelo pesquisador refere-se à taxa nacional de suicídio: enquanto na população geral brasileira é de 0,07% por 100 mil habitantes, entre os policiais esse índice chega a 0,3% — ou seja, aproximadamente quatro vezes mais. Essa disparidade reforça a necessidade urgente de medidas preventivas e estruturais voltadas à saúde mental no âmbito das forças de segurança pública (FERREIRA, 2023).

Nesse contexto, o conceito de Operational Stress Injury (OSI), originado nas forças armadas canadenses, surge como um referencial importante para a compreensão do sofrimento psicológico persistente decorrente da exposição prolongada a situações de risco, violência e estresse. Tal modelo pode ser útil para analisar os impactos emocionais sofridos por policiais militares submetidos a demandas operacionais elevadas e repetitivas (CANADÁ, 2002).

Em âmbito estadual, reportagem publicada pelo portal *AF Notícias* em 30 de maio de 2025 revelou que o Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (Gaesp), do Ministério Público do Tocantins, ajuizou Ação Civil Pública com pedido de liminar contra o Estado e o Comando-Geral da Polícia Militar. A medida busca enfrentar a grave crise de insuficiência de efetivo e a consequente desativação de destacamentos em diversos municípios, o que compromete a segurança da população tocantinense (PORTAL DE NOTÍCIAS DO TOCANTINS, 2025).

Segundo o Gaesp, há um déficit de 5.575 policiais militares em relação ao efetivo previsto de 9.000 conforme a Lei Estadual nº 2.944/2015 (atualizada por decreto recente). Além disso, 80



destacamentos foram desativados nos últimos cinco anos e muitos dos que foram reativados operam com número insuficiente de militares. Apesar das recomendações do Ministério Público, o Estado abriu apenas 660 vagas em concurso público — número muito abaixo do necessário para suprir a carência identificada (TOCANTINS, 2025)

Esses dados evidenciam que o efetivo da Polícia Militar do Tocantins está aquém do desejado, os profissionais em atividade podem sofrer um cenário de desgaste físico e emocional. Em três décadas, a corporação registrou cinco casos de suicídio, sendo quatro ocorridos durante a folga e um durante o serviço. Embora o índice formal seja de 0,016%, há registros de 113 mortes de outras naturezas e 167 óbitos sem causa especificada, o que levanta a hipótese de subnotificação e sugere que os números reais podem ser ainda mais elevados, conforme Informação fornecida pelo serviço de psicologia da Junta Militar Central de Saúde – JMCS (TOCANTINS, 2025).

3.3 ANÁLISE DO QUANTITATIVO DE MORTE DE POLICIAIS MILITARES NO TOCANTINS

A análise do quantitativo de mortes entre policiais militares no Estado do Tocantins ao longo das últimas três décadas revela um cenário preocupante, marcado por óbitos decorrentes não apenas de confrontos armados, mas também por suicídios e causas indefinidas. Conforme a tabela 3, esses dados indicam a complexidade dos riscos enfrentados por esses profissionais, tanto em serviço quanto fora dele, e sugerem a existência de lacunas na identificação e registro das causas de morte. Tal realidade reforça a urgência de ações estruturadas de prevenção, suporte psicossocial e valorização profissional no âmbito das corporações militares estaduais.

Tabela 3- Morte de policiais militares do Tocantins

Dados da Diretoria De Gestão Profissional - DGP

NATUREZA	FALECIMENTOS NOS ÚLTIMOS 30 ANOS – 1989/2019
Homicídio Fora do serviço	24
Homicídio Em serviço	06
Suicídio Fora do serviço	04
Suicídio Em serviço	01
Outras naturezas	113
Sem registro	167
Total	315

Fonte: (TOCANTINS, 2019)

Em novembro, conforme dados disponibilizados pela psicóloga da Junta Militar Central de Saúde (JMCS), conforme documentos, 116 policiais militares do Estado do Tocantins encontravam-se afastados de suas funções por transtornos psiquiátricos. Desse total, 20 eram do sexo feminino e 96 do sexo masculino, com uma média de 117 dias de afastamento das atividades laborais. Esses números refletem não apenas a incidência crescente de adoecimentos psíquicos no ambiente policial, mas

também a necessidade urgente de estratégias institucionais de prevenção, acolhimento e reabilitação desses profissionais (TOCANTINS, 2019).

3.4 ANÁLISE DO QUANTITATIVO DE AFASTAMENTO DE POLICIAIS MILITARES POR FATORES PSICOLÓGICOS

Diante do crescente número de casos envolvendo transtornos psicológicos entre os policiais militares do Tocantins, torna-se fundamental analisar os dados relacionados ao afastamento funcional por motivos psiquiátricos.

A Tabela 4 apresenta uma síntese dos processos de reforma e agregação, bem como os perfis sociodemográficos dos militares afastados, revelando padrões significativos quanto à faixa etária, tempo de serviço e média de dias de afastamento, tanto entre homens quanto mulheres. Esses dados ajudam a dimensionar o impacto da saúde mental na força de trabalho da corporação.

Tabela 4 - Afastamento por transtornos psíquicos da PMTO

MOTIVO DO AFASTAMENTO	REFORMA	AGREGAÇÃO
Processos de reforma e agregação	06	02
Motivos do afastamento	Feminino	Masculino
À disposição da junta médica (JMCS)	20 PFEM	96 PM
Médias de dias afastados do serviço	105 PFEM	129 PM
Faixa etária com afastamento	41 a 50 anos	41 a 50 anos
Tempo de serviço dos PM afastado/agregado	21 a 30 anos de serviço	21 a 30 anos de serviço

Fonte: (TOCANTINS, 2019)

Os dados indicam que 0,035% do efetivo da Polícia Militar do Estado do Tocantins encontra-se afastado de suas funções devido a transtornos relacionados à saúde mental. Esse índice, embora aparentemente reduzido, revela uma realidade preocupante quando contextualizado com os fatores de risco psicossociais e estruturais enfrentados pela corporação (ANDRADE JÚNIOR; SCHIERHOLT, 2025).

3.5 ANÁLISE DA AVALIAÇÃO PSICOLOGIA CONTINUADA POR ESTADO

A atenção à saúde mental dos policiais militares exige não apenas intervenções pontuais, mas também a implementação de programas estruturados de avaliação psicológica continuada.

A Tabela 5 apresenta um panorama comparativo do efetivo policial e da quantidade de psicólogos militares em diferentes estados brasileiros, evidenciando a relação entre o número de profissionais de psicologia e o total de policiais atendidos. Esses dados permitem avaliar o grau de cobertura preventiva e assistencial oferecido pelas corporações estaduais, destacando a posição do Tocantins como um dos estados com melhor proporção entre psicólogos e policiais.



Tabela 5- Atendimento de Avaliação Psicológica Continuada: Prevenção de Adoecimento Mental do Policial Militar
EFETIVO DE PSICÓLOGO POR POLICIAL MILITAR POR ESTADO

São Paulo	
Efetivo	93.799
Psicólogos	123
Média de PM por psicólogo	762
Rio de Janeiro	
Efetivo	44.000
Psicólogos	93
Média de PM por psicólogo	473
Minas Gerais	
Efetivo	40.000
Psicólogo	47
Média de PM por psicólogo	851
Santa Catarina	
Efetivo	10.000
Psicólogo	14
Média de PM por psicólogo	714
Tocantins	
Efetivo	3.302
Psicólogos	10
Média de PM por psicólogo	330

Fonte: (CFP, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2022)

No Tocantins está normatizado o atendimento ao policial militar quando se envolvidos em ocorrências com vítimas decorrentes do uso de arma de fogo (Incidentes Críticos). A Portaria nº 026/2019-DSPS determina em seu Art. 2º, incisos II, III, IV, V, o seguinte:

[...]II. Agendar atendimento em grupo com todos os envolvidos e aplicar técnicas de intervenção precoce, em caráter preventivo, com duração aproximada de uma hora, para fins de orientação e encaminhamentos logo após a análise da Ficha de Notificação Incidente Crítico; III. Realizar a intervenção, sempre que possível, no prazo máximo de 72 horas após o evento traumático, preferencialmente nas primeiras 24 horas, por meio de uma reunião grupal com todos os envolvidos; IV. Realizar encaminhamentos para acompanhamento psicológico ou psiquiátrico; V. Encaminhar relatório de atendimento à Junta Militar Central de Saúde – JMCS, que efetuará o afastamento do trabalho ou restrição à atividade operacional, caso verificado a necessidade. [...] (TOCANTINS, 2019)

Ademais, os dados obtidos por meio do questionário aplicado aos policiais militares do Estado do Tocantins revelam disparidades significativas na percepção das condições de trabalho entre os diferentes níveis hierárquicos e áreas de atuação. Em especial, as comparações entre oficiais, suboficiais e sargentos, por um lado, e cabos e soldados, por outro, demonstram uma assimetria marcante quanto à forma como a corporação é experienciada no cotidiano profissional.

No setor operacional, as médias atribuídas por oficiais e sargentos foram, de modo geral, superiores às dos cabos e soldados, evidenciando maior satisfação com itens como a responsabilidade assumida na função e o tipo de atividade executada. Esses resultados sugerem que esses grupos reconhecem o valor e a importância social de suas atribuições, apesar das adversidades. Ainda assim,



mesmo entre os oficiais, os índices relacionados ao reconhecimento institucional, à valorização por parte da população, ao salário e à perspectiva de promoção permanecem baixos.

Essa insatisfação torna-se mais aguda entre cabos e soldados, que demonstram os menores níveis de contentamento, especialmente nos quesitos relacionados à valorização profissional. A sensação de estagnação na carreira, aliada à baixa remuneração e à escassa visibilidade institucional, configura um cenário preocupante, que impacta diretamente a motivação e a saúde mental das praças.

No contexto administrativo, os índices foram ainda mais baixos em quase todos os itens avaliados, reforçando a percepção de que essas funções são pouco reconhecidas e, muitas vezes, desvalorizadas. Frequentemente, a cultura organizacional supervaloriza a atividade-fim em detrimento da atividade-meio, tratando o serviço burocrático como um fardo necessário, e não como um pilar estratégico. Essa visão equivocada ignora que a eficiência operacional depende diretamente de um suporte administrativo bem estruturado. A ausência de incentivos e o distanciamento do reconhecimento institucional contribuem para uma sensação de desmotivação ainda mais acentuada nesse setor.

Os resultados a seguir quantificam a percepção de desvalorização e as diferentes realidades vivenciadas dentro da corporação. Fica nítida a diferença de satisfação entre os postos mais altos e os mais baixos, bem como a subvalorização do setor administrativo. A tabela 6 a seguir resume as médias atribuídas pelos diferentes grupos hierárquicos às variáveis analisadas, oferecendo uma visão clara das disparidades nas percepções sobre o trabalho policial militar nas esferas operacional e administrativa:



Tabela 6 – Quantitativo das médias atribuídas por grupos hierárquicos

Questionário	Oficiais, sub oficiais e sargentos	Cabos e soldados
OPERACIONAL		
Responsabilidade assumida na função	7,6	6,7
Tipo de atividade executada	7,4	6,5
Área geográfica de atuação	6,5	5,8
Horário de trabalho	6,2	5,4
Volume de trabalho	5,9	5,3
Reconhecimento da instituição policial	4,4	2,6
Perspectiva de promoção	4,2	3,0
Reconhecimento da população	3,9	2,8
Salário	3,7	2,0
ADMINISTRATIVO		
Responsabilidade assumida na função	6,0	6,0
Tipo de atividade que executa	5,0	5,0
Horário de trabalho	4,1	3,9
Volume de trabalho	4,0	3,7
Área gráfica de atuação	3,8	3,5
Perspectiva de promoção	3,7	3,2
Reconhecimento da instituição policial	2,6	1,7
Reconhecimento da população	2,6	2,1
Salário	2,2	1,3

Legenda: Questionário de satisfação com pontuação de 1 A 10

Fonte: (AUTORES, 2025)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados reunidos por meio da revisão de literatura revela um cenário preocupante em relação à saúde mental dos policiais militares brasileiros.

Os estudos apontam a presença de múltiplos fatores de risco que, quando somados, configuram um ambiente ocupacional altamente estressante, adoecedor e cronicamente negligenciado pelas instituições. Dados como os de Ferreira, Bonfim e Augusto (2012) indicam que 56,4% dos policiais militares de Recife relataram baixo controle no trabalho, 53,9% enfrentam alta demanda física e 59,8% percebem baixa rede de apoio social. Essas estatísticas evidenciam a centralidade da estrutura organizacional militar como fator contribuinte para o sofrimento psíquico. Além disso, o levantamento de diversos estudos sobre equipamentos operacionais mostra que a insuficiência de efetivo, armamentos e viaturas em mau estado, somados a baixos salários e falta de capacitação contínua, agravam a sensação de vulnerabilidade e impotência entre os profissionais.

A pesquisa de Lourenço et al. (2022) mostra que 46,7% dos policiais analisados apresentaram níveis importantes de estresse ocupacional, sendo os principais fatores citados: falta de perspectiva de carreira, favoritismo institucional e longas jornadas de trabalho. Mais grave ainda, no mesmo, encontrou que 65,6% dos policiais avaliados apresentavam alto nível de burnout, refletindo um processo de esgotamento físico e emocional diretamente ligado à rotina de trabalho e à ausência de contrapartidas institucionais de cuidado. O sedentarismo, a ausência de lazer e o isolamento social

aparecem como agravantes significativos para o desenvolvimento do esgotamento mental, enquanto práticas de autocuidado como atividade física e relações afetivas estáveis funcionam como fatores protetivos.

O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) tem ganhado visibilidade como diagnóstico recorrente entre policiais militares, especialmente aqueles mais expostos a ações de confronto. No Rio de Janeiro, estudo com PMs mostrou altos índices de TEPT e sub síndrome, com destaque para a vulnerabilidade de soldados, cabos e subtenentes, que sofrem duplamente: pela violência externa e pela rigidez da cultura interna. O conceito de Operational Stress Injury (OSI) também se mostra útil para compreender o impacto de eventos traumáticos somados à pressão institucional prolongada, destacando o sofrimento de policiais de fronteira, de unidades especiais e de operações repetitivas.

A baixa qualidade de vida relatada em estudos como o de Cascaes da Silva et al. (2014) revela associação entre jornadas prolongadas, sedentarismo, alto índice de gordura corporal e tempo de serviço com maior risco de doenças físicas e mentais. Em Teresina (PI), a correlação entre insônia, exaustão emocional e despersonalização reforça a hipótese de que a privação do sono é tanto sintoma quanto causa de adoecimento mental. A redução no tempo e na qualidade do sono mostrou associação estatística significativa com os níveis de estresse ocupacional. O dado mais alarmante vem de reportagens investigativas recentes (ROGERO, 2024), que apontam o suicídio como principal causa de morte entre policiais no Brasil. Entre os principais motivos estão jornadas exaustivas, dupla jornada (trabalhos extras), abuso de autoridade por superiores e ausência de apoio psicológico institucionalizado. A cultura do silêncio e da virilidade no meio militar inibe que muitos policiais busquem ajuda, perpetuando o ciclo de sofrimento e do adoecimento mental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como propósito analisar a relação entre as condições estruturais e organizacionais de trabalho e o comprometimento da saúde mental dos policiais militares do Estado do Tocantins. Os dados obtidos evidenciam um quadro preocupante de adoecimento psíquico na corporação, marcado por índices significativos de afastamentos por transtornos psiquiátricos, percepção de desvalorização profissional, baixos níveis de reconhecimento institucional e fragilidade nos mecanismos de apoio psicossocial.

Verificou-se que os principais fatores de risco envolvem: jornadas exaustivas, ausência de políticas efetivas de prevenção, escassez de profissionais de saúde mental na estrutura da Polícia Militar, precariedade dos equipamentos utilizados nas atividades operacionais, falhas na gestão de escalas de trabalho e uma cultura organizacional que, por vezes, negligencia o cuidado com o bem-estar emocional da tropa. Os dados também apontam assimetrias perceptivas entre oficiais e praças,



sendo os últimos os mais afetados por sentimentos de insatisfação, estagnação e sofrimento psicológico.

Diante desse cenário, tornam-se urgentes medidas estruturantes voltadas à promoção da saúde mental na corporação. Entre as soluções propostas, destaca-se: o fortalecimento e ampliação das equipes multidisciplinares de apoio (psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais), a criação de programas contínuos de avaliação e acompanhamento psicológico, a revisão das escalas e condições de trabalho, a melhoria dos equipamentos operacionais, e, sobretudo, a adoção de uma política institucional voltada à valorização profissional e ao reconhecimento funcional, que conte com a progressão de carreira, a qualidade de vida e o respeito à dignidade do policial militar.

A superação dos desafios identificados exige o comprometimento institucional com a saúde mental como eixo estratégico da gestão de pessoal. Cuidar do policial é investir na qualidade do serviço prestado à sociedade.

Ademais, uma das principais dificuldades encontradas foi o acesso limitado a dados atualizados e sistematizados por parte dos órgãos oficiais, o que exigiu triangulação com diferentes fontes institucionais e acadêmicas. Além disso, o tema da saúde mental na segurança pública ainda enfrenta barreiras culturais e institucionais, como o estigma relacionado aos transtornos psíquicos, o que dificulta a obtenção de informações abertas e transparentes.

Portanto, para pesquisas futuras, recomenda-se aprofundar os estudos sobre os efeitos de programas de intervenção psicológica já implementados em outros estados, avaliar o impacto das jornadas de trabalho sobre o sono e a saúde mental dos policiais, e investigar a correlação entre reconhecimento profissional e indicadores de qualidade de vida na corporação. Também seria pertinente a inclusão de entrevistas qualitativas com policiais afastados por questões psiquiátricas, de modo a captar suas percepções subjetivas e contribuir com propostas mais humanizadas de enfrentamento ao adoecimento mental na segurança pública.

Diante da complexidade e das exigências da atividade policial militar, os testes de aptidão física aliado aos testes de saúde mental são instrumentos que podem auxiliar significativamente no mental e físico do policial militar. Esses testes que medem a saúde mental e emocional poderão ajudar no diagnóstico prematuro de várias doenças mentais e dessa forma poderão ser tratados preventivamente, dessa forma o policial estará mais preparado para enfrentar os desafios operacionais e emocionais da carreira, mas também poderão contribuir melhor para a proteção da sociedade e a valorização da instituição. Investir na avaliação contínua do mental e do físico é uma medida prioritária para o fortalecimento da atuação policial e para a promoção de um serviço público mais seguro, ético e eficaz.



REFERÊNCIAS

ANDRADE JÚNIOR, V.A.; SCHIERHOLT, S. R.. Saúde mental e o suicídio dos agentes da segurança pública: uma análise bibliográfica. Ciências da Saúde, v. 29, n. 143, 24 fev. 2025. DOI: 10.69849/revistaft/fa10202502242334

ARROYO, Suzana C. C; ALMEIDA, Luciana F; SANTOS, Mariana R.; FÁRIAS Rodrigo P.; Gomes, Tatiane M. Saúde mental e sofrimento psíquico em policiais militares. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 44, e15, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsc>. Acesso em: 05 ago. 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNARDINO, J. E de A; ASSIS, Lúcia de; TEREZA, Maria V. de A. G. T. da C.; CONCEIÇÃO, Maria da T. de M. M. N. S. Sofrimento psíquico em trabalhadores da segurança pública: estudo com policiais militares. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 42, n. 118, p. 630–644, jul./set. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Estatuto do Desarmamento. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.826.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União, Brasília, 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 9.677, de 2 de janeiro de 2019. Regulamenta medidas de saúde e segurança ocupacional no serviço público federal. Diário Oficial da União, Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9677.htm. Acesso em: 24 set. 2025.

CANADÁ. Operational Stress Injury (OSI). Canadian Forces Health Services, 2002.

CASCAES DA SILVA, Luciano. Qualidade de vida relacionada à saúde entre policiais militares em Santa Catarina. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 173–180, 2014.

CHAVES, A. Avaliação do burnout em policiais militares de Teresina–PI. Universidade Federal do Piauí, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Atendimento psicológico em corporações policiais. Brasília: CFP, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resoluções e normativas sobre atuação de psicólogos em instituições de segurança pública. Brasília, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br>. Acesso em: 24 set. 2025.

FERREIRA, Danielle K. S.; BONFIM, Carla; AUGUSTO, Luiz G. S. Condições de trabalho e morbidade referida em policiais militares, Recife-PE. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 676–685, 2012.



GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IENH. Manual de normas de ABNT. Disponível em: <www.ienh.com.br>. Acesso em: 26 mai. 2017.

JOSÉ, Ferdinando Ramos Ferreira. Pressão extrema aumenta depressão e suicídio entre trabalhadores de segurança pública . Universidade de Campinas, 2023.

LOURENÇÂO, Lilian G. Estresse ocupacional e engajamento no trabalho entre policiais militares do Paraná. Revista de Psicologia da Saúde, Maringá, v. 14, n. 2, p. 45–59, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de S. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 29–50, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de S.; ADORNO, Sandra. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2013.

MPTO – Ministério Público do Tocantins. Ação do MPTO busca suprir déficit de mais de cinco mil policiais e garantir segurança em todo o Estado. 30 maio 2025. Disponível em:
<https://homologacao.mpto.mp.br/portal/2025/05/30/acao-do-mpto-busca-suprir-deficit-de-mais-de-cinco-mil-policiais-e-garantir-seguranca-em-todo-o-estado>. Acesso em: 05 ago. 2025.

OLIVEIRA, N. M.; ESPINDOLA, C. R. Trabalhos acadêmicos: recomendações práticas. São Paulo: CEETPS, 2003.

PORTAL DE NOTÍCIAS DO TOCANTINS. Gaesp ajuíza ação civil pública contra o Estado. 30 maio 2025.

ESTRATEGIACONCURSOS. Concursos PM: comparativo de salários no Brasil. Confira! Por Diogo Mendes. 22 abr. 2025. Disponível em:
<https://www.estategiaconcursos.com.br/blog/concursos-pm-comparativo-de-salarios-no-brasil/>.

ROGERO, Tiago. A violent atmosphere': Brazil's alarming rise in police officer suicides. The Guardian, London, 26 set. 2024. Disponível em:
<https://www.theguardian.com/world/2024/sep/26/brazil-suicide-police-officers>. Acesso em: 05 ago. 2025.

SILVA Francisco Ângelo Assis; MARIA, Azevedo; SANTOS, Bárbara dos Santos Choucair; Saúde mental de policiais militares: uma análise da literatura científica brasileira (2008–2024). Revista Psicologia e Sociedade, São Paulo, v. 36, n. 1, 2024.

SILVA, Maria Beatriz da; VIEIRA, Simone Barbosa. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 156–168, 2008.

TOCANTINS. Lei Estadual nº 2.944, de 2015. Dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar do Estado do Tocantins. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, 2015. Disponível em:
<https://www.to.gov.br/legislacao/lei-2944-2015>. Acesso em: 24 set. 2025.



TOCANTINS. Portaria nº 026/2019-DSPS. Normatiza atendimento psicológico em incidentes críticos para policiais militares do Tocantins. Palmas, 2019. Disponível em:
<https://www.to.gov.br/legislacao/portaria-026-2019>. Acesso em: 24 set. 2025.